

## Nota do Boletim

A proposta do Boletim Setorial n. 4 é trazer o ponto de vista econômico sob as relações mercadológicas vigentes.

O SELUR corre o risco de abordar de maneira repetitiva um tema que, com muita certeza, as empresas associadas possuem *Know How* suficiente para discernir com maior profundidade.

No entanto, é importante frisar que o intuito desse meio de comunicação não é reinventar a roda. O objetivo desse espaço é robustecer conceitualmente o setor. Desse modo, no médio prazo, as empresas poderão internalizar novas análises econômicas que auxiliarão na execução de soluções inovadoras.

## DINÂMICA SETORIAL

Ao realizar uma breve análise microeconômica<sup>1</sup> do setor resíduos sólidos, constata-se que as relações entre os agentes são fundamentadas por algumas características díspares dos outros mercados de serviços. Pode-se listar de imediato duas que mais se sobrepõem na relação “oferta vs demanda”: 1) O “cliente” é a população em geral, no entanto o pagamento é efetuado pelo poder público e 2) É um serviço (público) contínuo e essencial.

A primeira característica por si só exemplifica alguns riscos inerentes aos serviços prestados pelo setor. Um dos principais riscos vigentes é o de descasamento da variável “custo” contra “margem de lucro”. Além das empresas dependerem das decisões do administrador público para receber o pagamento, ainda há a possibilidade de ocorrer uma significativa diferença entre o montante devido pelo serviço prestado contra o total pago pela prefeitura. Há casos extremos em que mesmo não recebendo absolutamente nenhum pagamento, as empresas continuam prestando o serviço.

Na maioria das relações econômicas, essas situações em que o demandante não paga pelo serviço, seria natural esperar a suspensão da prestação do mesmo. No entanto, caso a prefeitura deixe de efetuar o pagamento, as empresas do setor continuam prestando o serviço. A razão para essa aparente relação econômica irracional encontra-se na segunda característica peculiar anteriormente citada no começo do texto.

O fato da prestação de serviço de limpeza pública ser caracterizada como contínuo e essencial<sup>2</sup> pode acarretar em situações limites em que, mesmo a empresa não recebendo por mais de 90 dias<sup>3</sup>, os serviços não podem ser interrompidos. Do ponto de vista do empresário do setor, isso traz significativas consequências negativas para a saúde financeira das empresas.

Sob esse pano de fundo é possível apontar um certo contra senso na formação de lucro das empresas do setor: enquanto que nos mercados tradicionais o

lucro da empresa pode variar positivamente de acordo com o aumento da demanda, no caso do setor de resíduos sólidos, o aumento da demanda (coleta de lixo) não significa, em grande parte dos casos, aumento de lucro. Em algumas situações, pode ocasionar elevação dos custos, tais como alocação de mais mão de obra e da quantidade transportada, sem necessariamente obter retorno financeiro.

Isto ocorre devido ao fato de que grande parte dos valores contratados são pré-estabelecidos e, nos casos em que há cláusulas contratuais de reequilíbrio, nem sempre todas as variações de custos do setor são cobertas, pois o resultado de algumas variáveis endógenas ao modelo nem sempre são acordadas entre as partes. Desse modo, o lucro das empresas é subordinado principalmente à eficiência do ofício (mais limpeza com menor custo). Se não considerarmos o ganho de eficiência gerado pela adição de tecnologia, as duas principais maneiras das empresas aumentarem a sua margem de lucro são: 1) Aumento da produtividade do trabalho ou 2) Mudança cultural da sociedade por uma menor geração de resíduos conforme esperado pela PNRS. Em ambos os casos, os resultados serão alcançados apenas no médio e longo prazo envolvendo não somente a atuação das empresas, mas também de outros setores da sociedade e do governo.

Por fim, conclui-se que as margens de lucro das empresas do setor podem se tornar imprevisíveis e, dificilmente, apresentam resultados positivos muito além do planejado. Por esse motivo, o Boletim Setorial reforça nesse espaço a importância das empresas acompanharem detalhadamente qualquer alteração nas variáveis econômicas e financeiras que regem o negócio. Isso não deixa de ser uma medida paliativa para proteger as margens de lucro, mas pode ser efetivo para evitar maiores prejuízos.

<sup>1</sup> A microeconomia é parte da ciência econômica que estuda a composição do mercado abordando sua inter-relação entre os agentes por meio da análise do comportamento dos consumidores, dos produtores, do estado, dos fatores de produção, preços, quantidades, etc.

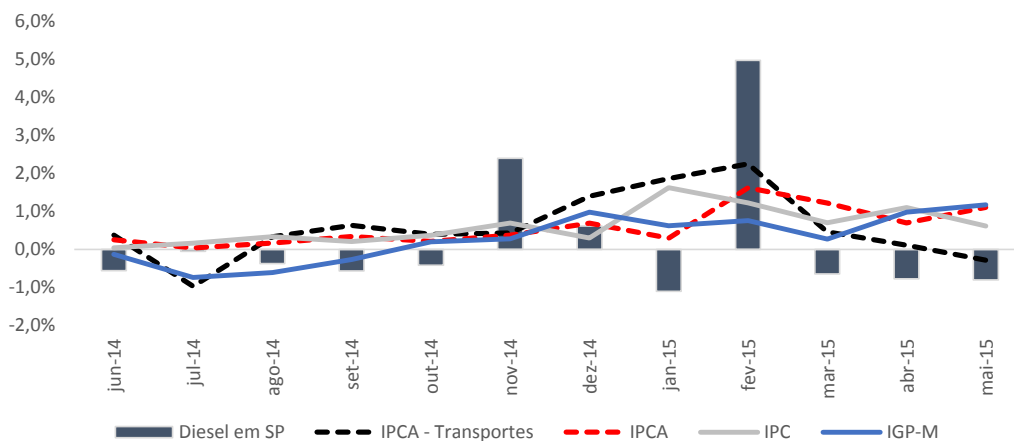
<sup>2</sup> Segundo Lei 7.783/89, artigo 10 que dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, e regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade

<sup>3</sup> Esse prazo é definido por contrato podendo variar de cidade para cidade. Esses 90 dias são referentes à cidade de SP.

## FORMAÇÃO DE PREÇO DO DIESEL NO BRASIL

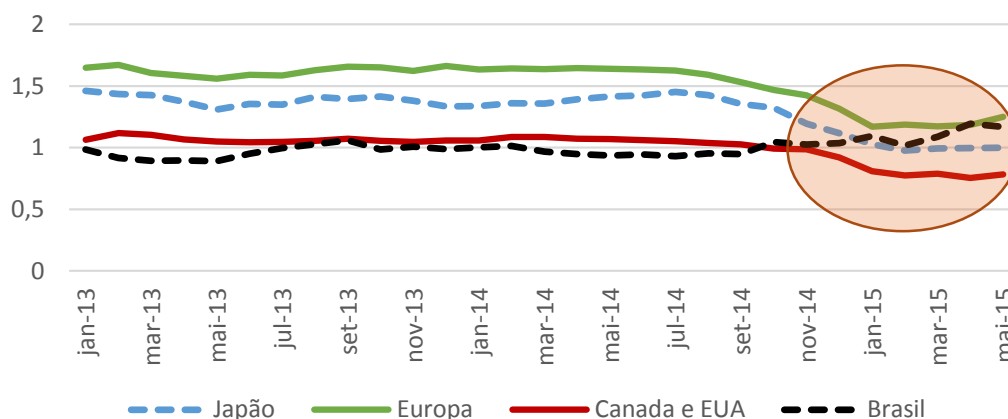
Conforme relatado no item anterior, é precavido as empresas acompanharem as variações de preços dos fatores econômicos e financeiros que impactam diretamente e indiretamente o setor. Nessa edição do Boletim será analisado brevemente a variação de preço do Diesel. O diesel servirá como *proxy* aproximada para ilustração dos custos relacionados ao transporte dos resíduos sólidos. No gráfico 1, temos a comparação da variação mês a mês das series de preços do diesel contra IPCA-Transportes, IPCA, IPC e IGP-M no período de junho de 2014 até maio de 2015. Em geral, os índices apresentaram desvio padrão semelhante entre si no corte temporal selecionado (máxima de 2% e mínima de -1%). No entanto, o preço do Diesel em SP não se assemelha ao comportamento de nenhum dos índices. Ao analisar a variação mensal de preço do Diesel para o Estado de SP, evidencia-se os choques pontuais que a série apresentou (nov/14 e fev/15).

Gráfico 1 Var. Mensal  
(IGP-M vs IPC vs IPCA vs IPCA Transp. vs Diesel)  
Fonte: ANP, FIPE, FGV e IBGE. Elaboração: SELUR



Esses choques estão relacionados aos reajustes nos preços ocasionados pela elevação de impostos. Fora os tributos, os preços dos combustíveis seguem de forma geral a determinação da única empresa produtora<sup>4</sup> no Brasil: a Petrobrás. O controle dos preços dos derivados do petróleo no Brasil segue as determinações políticas do Governo Federal perante a *commodity*. Visto que o petróleo exerce influência direta e indireta nos preços dos produtos/serviços brasileiros e, conseqüentemente, na inflação, o Governo Federal, no caso, a Petrobrás, “financiava” o custo dos derivados de petróleo. No gráfico 2, nota-se a defasagem dos preços nacionais em relação aos internacionais que, a partir de nov/14, apresentou mudança de direção:

Gráf. 2: Evolução Preço Diesel  
(US\$/Litro)  
Fonte: ANP, BACEN e International Energy Agency.  
Elaboração: SELUR



No gráfico 2, ao comparar os preços internacionais do Diesel contra o preço do Diesel no Brasil, fica claro que até out/14 o Brasil possuía um dos menores preços em dólar por litro entre os países selecionados. Porém, a partir de nov/14, mesmo com as desvalorizações do real frente ao dólar (ou seja, os produtos brasileiros são relativamente mais baratos quando vendidos em dólar),

<sup>4</sup> A Petrobrás detém o monopólio, mas a distribuição dos derivados de petróleo é de ampla concorrência

o nível de preços do Diesel Brasileiro começa a apresentar forte tendência de alta ao ponto de se tornar um dos mais elevados preços entre os países selecionados no gráfico 2.

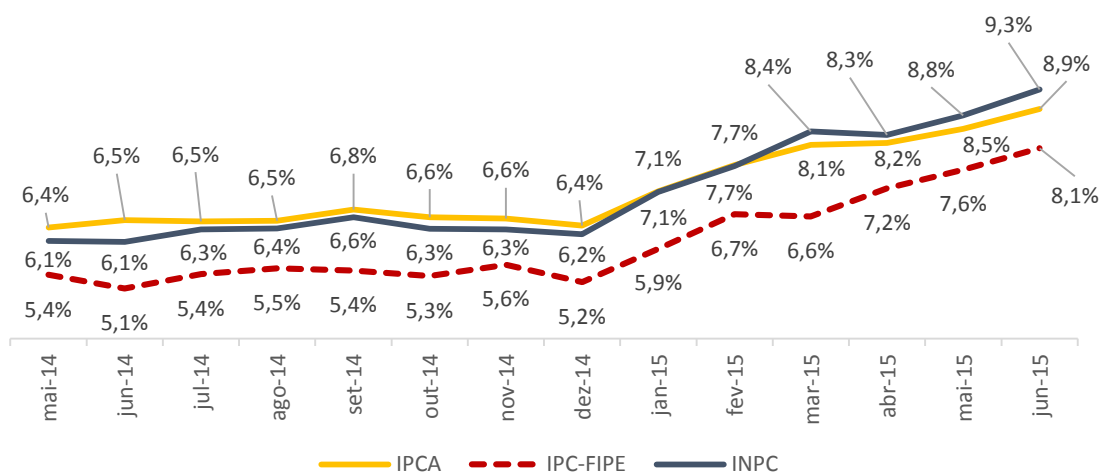
Em matéria publicada no jornal Valor Econômico em 02/07/2015<sup>5</sup>, o Presidente da Petrobrás sinaliza que não medirá esforços para reajustar os preços dos combustíveis. Em parte, esses “reajustes” visam “pagar” os subsídios de preços anteriormente executados.

Por esses motivos, o Boletim Setorial SELUR alerta as empresas associadas dependentes de combustíveis para ficarem atentas com os reajustes de preços promovidos pela Petrobrás que, provavelmente, acontecerão nos próximos meses caso o novo discurso adotado pela instituição se concretize. O setor deve-se atentar para essas mudanças para o melhor planejamento financeiro e, conseqüentemente, proteção das margens de lucros.

## ÍNDICES DE PREÇOS

O IBGE divulgou recentemente (08/07/2015) o resultado do IPCA e do INPC para o mês de junho de 2015. Na análise *year over year* (12 meses), nota-se que o IPCA variou 8,9% e o INPC 9,3%. Isso indica que as altas de preços da cesta orçamentária das famílias que ganham entre 1 a 5 salários mínimos (medição do INPC) está um pouco mais acelerada em relação aos das outras classes sociais.

IPCA vs INPC vs IPC-FIPE  
Var. 12 meses (maio/14 - jun/15)  
Fonte: IBGE e FIPE. Elaboração: SELUR



## ALERTAS SELUR



### **Elevação de preços dos produtos e serviços administrados**

- As empresas devem acompanhar as expectativas de aumento de preços de serviços e produtos administrados pelo governo. Uma possível alta dessa categoria pode acarretar na elevação dos custos e também impactar os índices inflacionários.
- Reforçamos que as empresas devem acompanhar a evolução da capacidade de pagamento dos municípios. Algumas empresas já notam uma maior dificuldade de recebimento.

<sup>5</sup> Fonte: Site, Valor Econômico: <http://www.valor.com.br/empresas/4119618/se-preciso-gasolina-pode-subir-por-mes-diz-presidente-da-petrobras>